



# PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

TARDE

## PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE 3ª CATEGORIA

PROVA ESCRITA DISCURSIVA

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo nove questões discursivas, você receberá do fiscal de sala um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas



### TEMPO

- **6 (seis) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição das respostas
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **1 (uma) hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As respostas deverão ser manuscritas de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**, fabricada em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para o caderno de textos definitivos
- O caderno de textos definitivos não poderá ser assinado ou rubricado, nem conter qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso público
- Somente o texto transcrito para o caderno de textos definitivos será considerado válido para a correção. Os espaços para rascunho no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não valerão para a avaliação
- Não haverá substituição do caderno de textos definitivos por erro do candidato
- A transcrição do texto da questão para o respectivo espaço do caderno de textos definitivos será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas neste caderno de provas
- Durante a realização da prova será autorizada a consulta à legislação correlata, sendo vedada a consulta à legislação comentada ou anotada, doutrina, repertórios de jurisprudência ou a dicionários jurídicos, salvo os expressamente permitidos pela Comissão Organizadora, definidos em edital complementar
- É vedado o empréstimo de qualquer material de consulta durante a realização da prova

**Boa sorte!**



## Direito Tributário e Financeiro

---

1

Visando a contribuir para o incremento da arrecadação dos Municípios, o Presidente da República adota medida provisória em novembro de determinado exercício financeiro, estabelecendo: (i) o aumento em 3 pontos percentuais da alíquota final do IRPF devido pelos agentes públicos municipais a partir das remunerações recebidas em janeiro do ano seguinte; (ii) que o IRPF com a alíquota majorada poderia ser integralmente objeto de retenção na fonte pelos Municípios; (iii) que 1% do acréscimo de arrecadação gerado pela medida provisória deveria ser destinado para a realização de atividades da administração tributária dos Municípios e (iv) que não poderiam ser destinados aos cofres municipais quaisquer outros produtos da arrecadação do IRRF que não os decorrentes das hipóteses previstas no art. 85, II, do CTN.

Disserte sobre a constitucionalidade de cada um dos itens anteriores da referida medida provisória, considerando, entre outros aspectos, o início da produção de seus efeitos jurídicos diante do cancelamento da Súmula 584 do STF.

Valor: 40 pontos  
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

40

45

50

55

60

RASCUNHO

**2**

Empresa privada, proprietária e administradora do cemitério “Passagem Feliz”, estabelecida no Município Y, foi autuada pelo não pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – decorrente da cessão de uso de espaços em cemitério para sepultamento. Além do não pagamento do ISSQN sobre a mencionada cessão de uso de espaços, a empresa não recolheu o referido imposto sobre recebimento dos royalties decorrentes da cessão de direito de uso de sua marca para outra empresa administradora de cemitério estabelecida no Município Y.

Discorra sobre a juridicidade da incidência do ISSQN na referida cessão de uso de espaço para sepultamento e cessão de direito de uso da marca, inclusive de acordo com a evolução jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.

Valor: 30 pontos  
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

---

---

---

---

40

---

---

---

---

45

RASCUNHO

---

---

---

---

50

---

---

---

---

55

---

---

---

---

60

---

---

---

---

**3**

O Prefeito do Município X solicita para a sua assessoria a elaboração de ato para criar benefício social permanente destinado aos munícipes que vivem em condição de miserabilidade no Município X.

Diante disto, o Gabinete do Chefe do Poder Executivo elabora minuta de Decreto e o envia para análise da Procuradoria Geral do Município, nos seguintes termos:

“Minuta de Decreto

Art. 1º Fica criado o Programa Cidade Cidadã para acabar com a fome no Município X.

Art. 2º A pessoa com residência na Cidade X e que vive em condição de miserabilidade fará jus a um auxílio pecuniário.

Art. 3º. A indicação do destinatário do benefício, do seu valor e da periodicidade do seu pagamento serão definidos a critério exclusivo do Secretário Municipal de Assistência Social.

Art. 4 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeito”

Na condição de Procurador, analise a minuta do ato normativo proposto pela assessoria do Gabinete do Prefeito, abordando, inclusive, os requisitos jurídicos para a criação do referido programa assistencial.

Valor: 30 pontos

Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

RASCUNHO

30

35

40

45

RASCUNHO

50

55

60



## Direito Constitucional

---

4

Servidor público do Município de Cruzada do Norte faz postagens frequentes, em sua conta pessoal em rede social, contendo notícias falsas sobre o sistema de saúde municipal, contrariando inclusive normas da Secretaria Municipal de Saúde. Diante desse fato, após procedimento administrativo em que lhe foram plenamente assegurados o contraditório e a ampla defesa, foi-lhe aplicada sanção funcional de advertência, com fundamento em normas do Estatuto dos Servidores Municipais. Inconformado, o servidor impetra mandado de segurança, alegando que a medida disciplinar aplicada viola o seu direito líquido e certo, uma vez que afronta a liberdade de manifestação de pensamento e configura ato de censura.

Como Procurador do Município, apresente os argumentos de defesa com base na Constituição Federal.

Valor: 35 pontos

Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

40

45

50

55

60

RASCUNHO

5

Projeto de lei é aprovado pela Câmara Municipal de Sertão Velho e submetido à sanção ou veto do Prefeito. No prazo constitucionalmente previsto, o Prefeito sanciona parcialmente o referido Projeto, com o veto de alguns artigos. Ocorre que, ainda dentro do prazo constitucional, o Prefeito pretende fazer um aditamento ao seu ato anterior de sanção, acrescentando o veto a determinados artigos que haviam sido sancionados.

Consultado a respeito, opine com base na Constituição Federal e na jurisprudência a respeito da possibilidade jurídica do aditamento pretendido pelo Chefe do Poder Executivo.

Valor: 30 pontos  
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO

40

45

50

55

60

RASCUNHO

**6**

Diante das fortes chuvas, dos deslizamentos de encostas e do aumento do número de pessoas desabrigadas no Município de Couves Altas, a Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Moradores de Favelas propõe arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) alegando omissão do ente público municipal em elaborar e implementar um plano de urbanização das comunidades, que abranja a prestação de serviços públicos essenciais, a construção de habitações populares e o reassentamento de famílias situadas em área de risco.

Como Procurador do Município, apresente os argumentos de defesa quanto:

- a) à legitimidade da referida associação para a propositura de ADPF perante o Supremo Tribunal Federal (STF);
- b) ao cabimento de ADPF para pleitear tais providências; e
- c) à possibilidade de o STF impor ao Município a elaboração e implementação do plano pretendido.

Valor: 35 pontos  
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

40

45

RASCUNHO

50

55

60

## Direito do Trabalho, Processual do Trabalho e Previdenciário

7

João da Silva ajuizou ação trabalhista em face do seu ex-empregador, pleiteando o pagamento de horas extras e verbas rescisórias. Após a realização da instrução probatória, a empresa KGP Investimentos S.A. ofereceu a João o importe de R\$50.000,00 para que ele lhe cedesse os créditos trabalhistas porventura adquiridos no processo. João recusou e, ato contínuo, foi proferida a sentença, julgando procedente em parte os seus pedidos, condenando seu ex-empregador a pagar a quantia de R\$58.000,00. Transitada em julgado esta decisão, a empresa KGP Investimentos S.A. novamente ofereceu a João o importe de R\$50.000,00 para que lhe fizesse a cessão de créditos, o que desta vez foi aceito por ele. Formalizada a cessão, o cessionário peticionou nos autos, informando ao Juízo a sucessão da parte exequente e requerendo a alteração dos autos, com o prosseguimento da execução. No entanto, o julgador indeferiu os requerimentos, pois considerou aquele negócio jurídico privado ineficaz para o processo do trabalho.

Diante deste cenário, discorra sobre a possibilidade ou não da cessão dos créditos executados no processo do trabalho brasileiro.

Valor: 30 pontos

Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

40

RASCUNHO

45

50

55

60



8

O Município de Niterói realizará licitação para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância para os imóveis geridos pelo Poder Executivo Municipal. Os empregados da empresa contratada ficarão à disposição unicamente da Administração Pública contratante e a publicação do edital está prevista para 6 de janeiro de 2024.

Considerando estas circunstâncias, pergunta-se:

- a) O Município de Niterói pode exigir que os empregados da empresa terceirizada apresentem certidão de antecedentes criminais?
- b) Discorra sobre a responsabilidade do Município em caso de inadimplemento de verbas trabalhistas e previdenciárias. É possível elidir esta responsabilidade? Justifique.

Valor: 40 pontos  
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

40

45

RASCUNHO

50

55

60

9

Determinado empregado público de uma Fundação Pública municipal, beneficiado pelo art. 19 do ADCT/CF88 e ocupando o cargo de advogado, sofre a pena de exclusão do quadro da Ordem dos Advogados, em decorrência de ato doloso cometido.

Recebida a consulta formulada pela presidência da Fundação Pública municipal, na qualidade de Procurador do Município, responda motivadamente:

- a) se a pena sofrida pelo empregado público na Ordem dos Advogados repercute no exercício do cargo exercido na Fundação Pública municipal?
- b) qual o procedimento para eventual suspensão e desligamento do empregado público?

Valor: 30 pontos  
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

40

45

RASCUNHO

50

55

60



Realização

